



JÚLIO CÉSAR DE MELLO E SOUZA E OS LIVROS DE MATEMÁTICA COMERCIAL E FINANCEIRA DA DÉCADA DE 1930

Sérgio Candido de Golveia Neto

Fundação Universidade Federal de Rondônia

E-mail: <sergio.gouveia@unir.br>

Resumo

Na década de 1930, Mello e Souza, Cecil Thiré e Nicanor Lemgruber, escreveram em conjunto a obra “*Mathematica Commercial*”. Na mesma época, outros autores, tais como Henrique Desjardins e Luiz Cavalheiro também publicaram livros de Matemática Comercial; e Matemática Comercial e Financeira. Tais obras vieram à luz sob a égide do Decreto nº 20.158 de 1931, que fazia parte da Reforma Campos e que tinha como objetivo a organização do ensino comercial. Nesse sentido, questionam-se: existem diferenças entre a obra de Mello e Souza, Thiré e Lemgruber e a dos demais autores? As orientações da Reforma Campos para o ensino comercial foram incorporadas nestes livros? Portanto, o texto aqui delineado tem como objetivo construir uma interpretação histórica, traçando um paralelo entre o livro de Mello e Souza, Thiré e Lemgruber e as outras obras dos outros autores aqui citados, bem como, a partir desses livros, analisar se as orientações da Reforma Campos, de 1931, foram ou não incorporadas pelos autores em suas obras. Como fontes utilizamos o decreto do Decreto nº 20.158 de 1931, e principalmente as primeiras edições dos livros: “*Mathematica Commercial*” (1932); “*Cálculos Comerciais e Financeiros*” (1936); e “*Matemática Comercial e Financeira*” (1939). O referencial teórico-metodológico foi o de Choppin (2004), que faz um estado da arte sobre a história dos livros e das edições didáticas. Os resultados indicam que o livro de Mello e Souza, Thiré e Lemgruber, tem algumas diferenças em relação as demais obras, como por exemplo, inovaram ao trazer pequenos textos no fim dos capítulos sobre a cultura mercantil, muitos de cunho histórico. Em relação a legislação Mello, Thiré e Lemgruber, assim como o de Luiz Cavalheiro tinham uma estrutura semelhante àquela definida pela lei, sendo exceção o livro de Henrique Desjardins. Como consideração final, destaca-se que os livros desses autores, assim como o de Luiz Cavalheiro cumpriam a função referencial, conforme colocado por Choppin (2004), ou seja, o livro didático é uma fiel tradução do programa estabelecido na legislação.

Palavras-chave: Ensino comercial; Livros; Cultura Mercantil.

JÚLIO CÉSAR DE MELLO E SOUZA AND THE COMMERCIAL AND FINANCIAL MATH BOOKS OF THE DECADE OF 1930

Abstract

In the 1930s, Mello e Souza, Cecil Thiré and Nicanor Lemgruber jointly wrote the book "Mathematica Commercial". At the same time, other authors, such as Henrique Desjardins and Luiz Cavalheiro also

published books on Commercial Mathematics; and Commercial and Financial Mathematics. These works became known under the aegis of Decree No. 20,158 of 1931, which was part of the Campos Reform and whose objective was the organization of commercial education. In this sense, we question: are there differences between the works of Mello e Souza, Thiré and Lemgruber and the other authors? Are the Campos Reform guidelines for commercial education incorporated into these books? Therefore, the text here delineated aims to construct a historical interpretation, drawing a parallel between the book by Mello and Souza, Thiré and Lemgruber and the other works of the other authors mentioned here, as well as, from these books, to analyze if the orientations of the Campos Reform, of 1931, were or were not incorporated by the authors in their works. As sources we used the decree of Decree No. 20,158 of 1931, and especially the first editions of the books: "Mathematica Commercial" (1932); "Commercial and Financial Calculations" (1936); and "Commercial and Financial Mathematics" (1939). The theoretical-methodological reference was that of Choppin (2004), who makes a state of art about the history of books and didactic editions. The results indicate that the book by Mello e Souza, Thiré and Lemgruber, has some differences in relation to the other works, as for example, they innovated when bringing small texts at the end of the chapters on the mercantile culture, many of historical history. In relation to the Mello legislation, Thiré and Lemgruber, as well as that of Luiz Carneiro had a structure similar to that defined by law, except for the book by Henrique Desjardins. As a final consideration, it should be noted that the books of these authors, as well as that of Luiz Carneiro, fulfilled the referential function, as put by Choppin (2004), that is, the textbook is a faithful translation of the program established in the legislation.

Keywords: Business education; Books; Mercantile Culture.

JÚLIO CÉSAR DE MELLO E SOUZA Y LOS LIBROS DE MATEMÁTICA COMERCIAL Y FINANCIERA DE LA DÉCADA DE 1930

Resumen

En la década de 1930, Mello y Souza, Cecil Thiré y Nicanor Lemgruber, escribieron en conjunto la obra "Mathematica Commercial". En la misma época, otros autores, tales como Henrique Desjardins y Luiz Carneiro también publicaron libros de Matemática Comercial; y Matemática Comercial y Financiera. Tales obras vinieron a la luz bajo la égida del Decreto n° 20.158 de 1931, que formaba parte de la Reforma Campos y que tenía como objetivo la organización de la enseñanza comercial. En ese sentido, se cuestionan: existen diferencias entre la obra de Mello y Souza, Thiré y Lemgruber y la de los demás autores? Las orientaciones de la Reforma Campos para la enseñanza comercial fueron incorporadas en estos libros? Por lo tanto, el texto aquí delineado tiene como objetivo construir una interpretación histórica, trazando un paralelo entre el libro de Mello y Souza, Thiré y Lemgruber y las otras obras de los otros autores aquí citados, así como, a partir de esos libros, analizar si las orientaciones de la Reforma Campos, de 1931, fueron o no incorporadas por los autores en sus obras. Como fuentes utilizamos el decreto del Decreto n° 20.158 de 1931, y principalmente las primeras ediciones de los libros: "Mathematica Commercial" (1932); "Cálculos Comerciales y Financieros" (1936); y "Matemática Comercial y Financiera" (1939). El referencial teórico-metodológico fue el de Choppin (2004), que hace un estado del arte sobre la historia de los libros y de las ediciones didácticas. Los resultados indican que el libro de Mello y Souza, Thiré y Lemgruber, tiene algunas diferencias en relación a las demás obras, como por ejemplo, innovaron al traer pequeños textos al final de los capítulos sobre la cultura mercantil, muchos de cuño histórico. En cuanto a la legislación Mello, Thiré y Lemgruber, así como el de Luiz Carneiro tenían una estructura semejante a la definida por la ley, siendo excepción el libro de Enrique Desjardins. Como conclusión final, se destaca que los libros de esos autores, así como el de Luiz Carneiro cumplían la función referencial, según lo planteado por Choppin (2004), o sea, el libro didáctico es una fiel traducción del programa establecido en la legislación.

Palabras clave: En Enseñanza comercial; Libros; Cultura Mercantil.

Introdução

O Decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, tinha como objetivo a organização do ensino comercial, além da regulamentação da profissão de contador. O decreto fazia parte do conjunto de reformas implantadas pelo ministro Francisco Campos à frente do Ministério da Educação e Saúde. A partir daquele ano, o ensino comercial ficou dividido em um curso propedêutico; um curso técnico, que poderia ser de: secretário, guarda-livros, administrador-vendedor, atuário ou de perito contador. E ainda, de um curso superior de administração e finanças e de um curso elementar de auxiliar do comércio (BRASIL, 1931).

Nos cursos técnicos, além das disciplinas de contabilidade e de cultura comercial, havia as disciplinas da área de matemática: comercial, financeira, atuarial e estatística (BRASIL, 1931). O decreto de 1931, definiu em detalhes o que deveria ser abordado em cada disciplina. Nesta época, já havia a circulação no meio educacional de livros relacionadas à aritmética comercial e financeira.

Em 1932, os autores Mello e Souza, Cecil Thiré e Nicanor Lemgruber, publicaram pela livraria Francisco Alves, um livro intitulado “*Mathematica Commercial*”. Já em 1936, outro autor, Henrique Desjardins, publicou o livro “*Cálculos Comerciais e Financeiros*”, pela Livraria do Globo – Porto Alegre. Em 1939, Luiz Cavalheiro, publicou pela editora Irmãos Pongetti, o livro “*Matemática Comercial e Financeira*”. Essas publicações, ainda estavam sob a tutela da Reforma Campos, pois a próxima reforma, a de Capanema, só ocorreria em 1942. Nesse sentido, questionam-se: existem diferenças entre a “*Mathematica Commercial*” de Mello e Souza, Thiré e Lemgruber e os livros dos demais autores aqui citados? As orientações da Reforma Campos para o ensino comercial foram incorporadas nestes livros?

Dessa forma, este artigo tem como objetivo construir uma interpretação histórica, traçando um paralelo entre as obras “*Mathematica Commercial*” de Mello e Souza, Cecil Thiré e Nicanor Lemgruber, “*Cálculos comerciais e Financeiros*” de Henrique Desjardins e “*Matemática Comercial e Financeira*” de Luiz Cavalheiro e a partir dos detalhes dessas obras, analisar se as orientações da Reforma Campos, de 1931, foram ou não incorporadas nesses livros.

Referencial Teórico-Metodológico

Choppin (2004) nos alerta sobre a dificuldade de definição de um “livro didático”, já que o próprio termo e o objeto – livro – carrega inúmeras acepções, principalmente ao longo do tempo. E nesse contexto, há o risco do anacronismo. Por exemplo, o termo “livro didático” é bem mais recente. No passado, o livro didático era designado por “brochuras”, “livro de bolso”, “compêndios”. Foi em

1930 que o termo “livro didático” que se consagrou como o material produzido e distribuído para as escolas (OLIVEIRA, 1984).

Assim, mais do que os termos, para Choppin (2004), a literatura escolar ou a literatura destinada à escola é complexa, pois ela se situa no cruzamento de três gêneros: uma literatura religiosa – que forneceu aos livros laicos – a estrutura do tipo “por pergunta e resposta”, que retomam o método do catecismo. Em segundo lugar, uma literatura “de lazer”, que forneceu um caráter moral, de recreação ou mesmo de vulgarização. E por fim, um gênero didático, técnico ou profissional que adentrou às instituições escolares. Não que essas categorias se excluam, pelo contrário, elas podem se interpenetrar. Por exemplo, podemos ter um gênero didático com forte fundo moral.

Ainda de acordo com Choppin (2004), estudos históricos mostram que os livros didáticos exercem quatro funções essenciais (referencial, instrumental, ideológica – cultural e documental) que podem variar em função do ambiente sociocultural, da época, das disciplinas, dos níveis de ensino, dos métodos e das formas de utilização.

Na função referencial, o livro didático é uma fiel tradução do programa, conforme abordado na legislação, um suporte privilegiado de conhecimentos, técnicas de uma determinada geração. Como função instrumental, o livro põe em prática métodos de aprendizagem, exercícios ou atividades, visando a memorização de conhecimentos, competências, apropriação de habilidades, métodos de análises.

Já na função ideológico-cultural, geralmente o livro didático é um instrumento de reconstrução de identidade e de cultura, de aculturação, de doutrinação dos jovens, de maneira explícita ou dissimulada, implícita. Mais recentemente, tem-se identificado a função documental, onde o livro didático torna-se um conjunto de documentos, textuais ou icônicos, “cuja observação ou confrontação podem vir a desenvolver o espírito crítico do aluno”, usado principalmente em ambientes pedagógicos que privilegiam a iniciativa da criança (CHOPPIN, 2004, p. 553).

Contudo, não significa que o livro didático, sob o ponto de vista histórico, pode ser analisado sob uma única função, ao contrário, ele pode carregar todas essas funções. Assim, ele pode estar impregnado dos interesses do mercado, do autor – neste caso por exemplo, para adquirir respeito junto aos seus pares. Mas, ainda, como material didático, pode ser a única fonte em sala de aula ou pode ser somente mais um material utilizado pelo professor e/ou aluno. Pode ser também um reflexo de uma sociedade, em um dado local e época, bem como, de seu sistema de ensino.

Assim, o livro é um produto cultural complexo, “[que] se situa no cruzamento da cultura, da pedagogia, da produção editorial e da sociedade” (STRAY, 1993 apud CHOPPIN, 2004, p. 563). Desse modo, o presente artigo está assentado sobre essas reflexões sobre os livros didáticos.

Como documento do passado, o livro didático pode constituir uma fonte histórica, ao responder as perguntas formuladas pelo historiador. Para esse artigo, além dos livros de Matemática

Comercial e Financeira da década de 1930, já citados na introdução, foram usados outros livros antigos, com objetivo de tentar compor breves biografias dos autores. Ademais, utilizou-se também a legislação do ensino comercial de 1931, parte da Reforma Campos. A legislação serviu como um parâmetro de comparação, para analisar se os autores seguiram ou não o que foi determinado pelo decreto.

Resultados e Discussão

Os livros de Matemática Comercial e Financeira da década de 1930 e a Reforma Campos

O livro “*Mathematica Commercial*” teve como autores Mello e Souza, Cecil Thiré e Nicanor Lemgruber. Em relação a Júlio César de Mello e Souza, sabe-se que nasceu em 6 de maio de 1895 e faleceu em 1974. Foi Professor do Colégio Pedro II e do Instituto de Educação. Conhecido também como Malba Tahan, escreveu diversos livros que tinham como objetivo de divulgar a matemática.

Já Cecil Thiré nasceu em 1892 e faleceu em 1963. Formado pelo Instituto Mackenzie em São Paulo, foi professor do Colégio Pedro II e autor de diversos livros de matemática. Sobre Nicanor Lemgruber, sabe-se que foi professor da Escola de Comércio Amaro Cavalcanti. Apesar disso, não foi possível conseguir outras informações sobre ele.

O livro desses autores foi publicado em 1932, pela Editora Francisco Alves (Figura 1). Na folha de apresentação da 1ª edição do livro consta: “Rigorosamente de acordo com o programa oficial das Escolas de Comercio do Brasil”.

No prefácio, os autores ressaltam o aspecto da legislação, além de incluir uma citação de uma revista de área de contabilidade sobre a mobilização dos contadores para o reconhecimento da profissão:

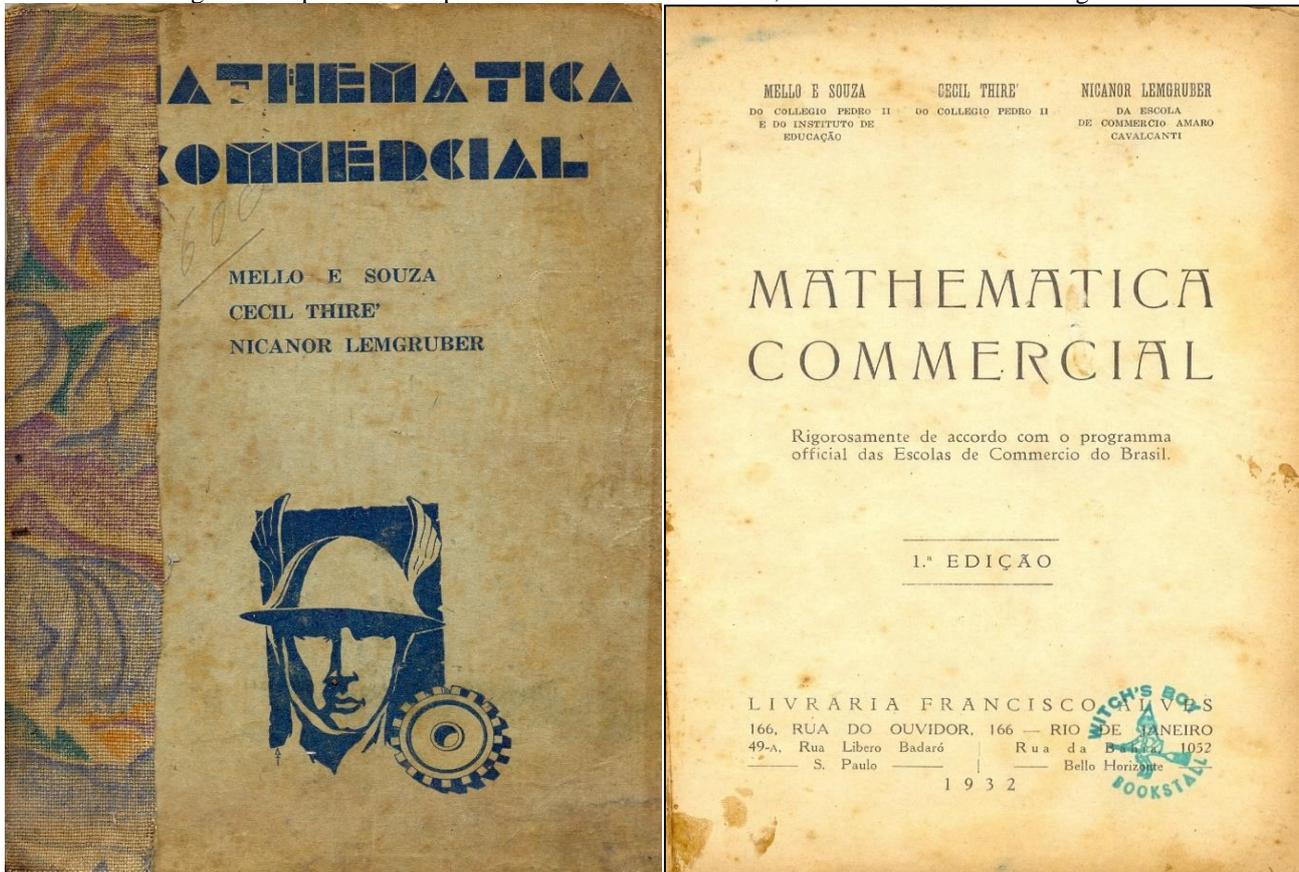
[...] O estudo das sciencias commerciaes que se faziam em nosso paiz segundo a orientação caprichosa e incerta de cada professor, foi recentemente fixado pelos dispositivos do Decreto 20.158, de 30 de Junho de 1931, que organizou o ensino commercial e regulamentou a profissão de contador* [...] [...] *Para nós que bem nos compenetrámos dos nossos deveres, a regulamentação é sem dúvida alguma a moralização da classe e a elevação do nível cultural e social dos contabilistas brasileiros” (De um artigo publicado no Mensário Brasileiro de Contabilidade – Junho de 1931) (SOUZA, THIRÉ, LEMGRUBER, 1932).

Ainda no prefácio, os autores situam a matemática comercial dentro dos cursos técnicos definidos no Decreto de 1931:

Os cursos technicos apresentam várias matérias em comum. Convém salientar que o estudo da *Mathematica Commercial* foi obrigatoriamente incluído no curso de guarda-livros, no curso de administrador-vendedor, no 1º anno do curso de perito-contador e ainda no *curso superior de administração e finanças* (SOUZA, THIRÉ, LEMGRUBER, 1932, grifo dos autores).

A questão da legislação foi ressaltada pelos autores em vários pontos do livro desde a contracapa até a introdução do conteúdo.

Figura 1. Capa e contracapa dos livros de Mello e Souza, Cecil Thiré e Nicanor Lemgruber



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

O livro aborda os conteúdos de: *razões e proporções, números proporcionais. Grandezas proporcionais, regra de três, divisão proporcional, porcentagem, operações sobre mercadorias, juros simples. Methodos commerciaes, juros em contas correntes, desconto, equivalência – vencimento comum, progressões (aritmética e geométrica), juros simples de capitaes constantes, a moeda, câmbio, apólices e títulos de renda.*

Comparando com os aspectos da legislação, o livro tratava dos assuntos contidos no Decreto de 1931, na parte de Matemática Comercial: *compra e venda; porcentagens; câmbio; juros e descontos simples.* O assunto de *compra e venda* estava no livro na parte de *operações sobre mercadorias.* Nota-se que os demais pontos abordados pelos autores não constavam na legislação.

Com exceção do capítulo sobre porcentagem, há no fim de cada capítulo, um texto intitulado “Leitura”, que traz uma curiosidade ou assunto sobre comércio. Por exemplo, no fim do capítulo *Juros simples de capitaes constantes*, o texto “Leitura” tem como título “O Commercio Moderno”, de A. Malet & P. Grillet, retirado do livro “Historie Contemporaine”.

Os textos “Leitura” são: *Períodos da História do Commercio*, *As despesas de luxo* (Carlos Gide), *O commercio na antiguidade* (Cesar Cantú), *O commercio na Idade Média* (Cesar Cantú), *As sociedades commerciaies* (Yves Guyot), *A usura* (A. Nogueira), *Reservas financeiras do Estado* (Veiga Filho), *Origem da letra de câmbio* (Whitaker), *O salário* (Henrique Dodsworth), *O commercio moderno* (A. Malet), *Câmbios estonteantes* (Macedo Soares), *A hora legal*.

Outra característica do livro é a baixa quantidade de exercícios, geralmente cinco ou seis ao final de cada capítulo. Mas, os autores se justificam ao final do capítulo I, com uma observação: “Incluimos neste compendio um numero muito reduzido de exercícios numéricos de applicação. Os snrs. Professores encontrarão, porém, no nosso livro “*Mathematica Commercial – Exercícios*” uma grande collectanea de questões e problemas para serem resolvidos em aula. (SOUZA, THIRÉ, LEMGRUBER, 1932, p. 48)” (grafia antiga).

Ainda em relação aos exercícios, convém destacar que os autores denotaram os exemplos como exercícios resolvidos.

De maneira geral, estas características diferenciam este livro dos demais até então publicados (GOUVEIA NETO, 2015). Seriam estas diferenças um conjunto de estratégias lançadas pelos autores para atingir o mercado editorial do ensino comercial? E principalmente, o mercado formado pelos alunos de contabilidade?

O segundo livro de Matemática Comercial, publicado após o Decreto de 1931, foi o de Luiz Cavalheiro (Figura 2). Em relação ao autor, no seu livro “*Matemática Comercial e Financeira*”, há informação de que era “Do magistério secundário de São Paulo” e autor de outros livros, tais como “*Elementos de Estatística, 1939*”, “*Física (3 volumes) – 1938*” e “*Ciências Físicas e Naturais (2 volumes) – 1939*”. Em outro livro, agora de 1974, “*Elementos de Matemática Financeira*”, há informação de que Luiz Cavalheiro foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Mackenzie e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Essa edição de 1974 teve vida longa, com publicações até recentemente.

O livro “*Matemática Comercial e Financeira*” (Figura 2), foi publicado em 1939, pela Editora Pongetti. No seu prefácio, consta a finalidade da obra:

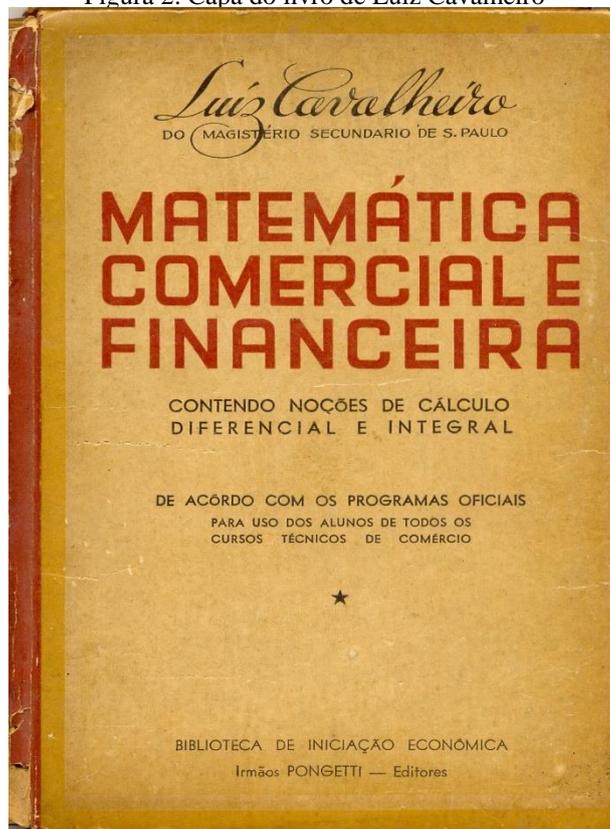
[...] Para uso dos alunos de todos os cursos técnicos de Comércio, tal como facilmente se deduz pela comparação do seu índice com os programas oficiais adiante transcritos, procuramos, neste livro, fazer obra perfeitamente acessível aos nossos alunos de comércio, caracterizando-a pela afeição altamente prática que lhe emprestamos, seu descuro, é certo, da indispensável teoria necessária à assimilação perfeita da matéria. [...] (CAVALHEIRO, 1939, p.5).

No prefácio, mais abaixo, o autor coloca um pouco mais sobre sua experiência, além de destacar o fato de que seu livro obedecia à legislação:

[...] Nosso livro está calcado na prática adquirida por quasi vinte anos de labor contínuo no ensino da matemática, tendo sido a nossa principal preocupação, ao fazê-lo, emprestar-lhe todas as características de um *livro que se destine, de verdade, ao manuseio de alunos*. O

nosso livro é, outrossim, o único, no gênero, que contém os programas exigidos por lei, inclusive as Noções de Cálculo Diferencial e Integral. [...] (CAVALHEIRO, 1939, p.5, grifo do autor).

Figura 2. Capa do livro de Luiz Cavalheiro



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

De acordo com Cavalheiro, seu livro está dividido em quatro partes, atendendo a todos os cursos estabelecidos no Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931, que estabeleceu os cursos técnicos de comércio:

[...] O plano a que obedeceu a execução da nossa obra é o seguinte:

- 1ª Parte – Cálculo Comercial – para o 1º ano dos cursos de guarda-livros, perito-contador, administrador-vendedor e atuário.
- 2ª Parte – Cálculo Financeiro – para uso dos alunos do 2º ano dos cursos referidos e 1º ano do curso superior de administração e finanças.
- 3ª Parte – Noções de Cálculo Diferencial e Integral – para o 2º ano dos cursos de perito-contador e atuário e 1º do curso superior de administração e finanças.
- 4ª Parte – Complementos de Cálculo Aritmético – uma com que recapitulação dos pontos, já estudados no Curso Propedêutico, de cujo conhecimento perfeito depende integralmente o êxito do cálculo comercial e financeiro, tais como a teoria das razões e proporções, números complexos, progressões, logaritmos, etc. [...] (CAVALHEIRO, 1939, p. 5-6).

Após o prefácio, encontram-se os programas oficiais de matemática dos cursos técnicos de comércio (guarda-livros, perito-contador, administrador-vendedor, atuário, auxiliar de comércio e superior em administração e finanças).

Os conteúdos de cálculo diferencial e integral tratados no livro não têm aplicação alguma a situações de comércio ou, mesmo internamente a outros conteúdos. Nesse sentido, parece ser uma estratégia do autor que colocou tal ponto para adequar-se à legislação.

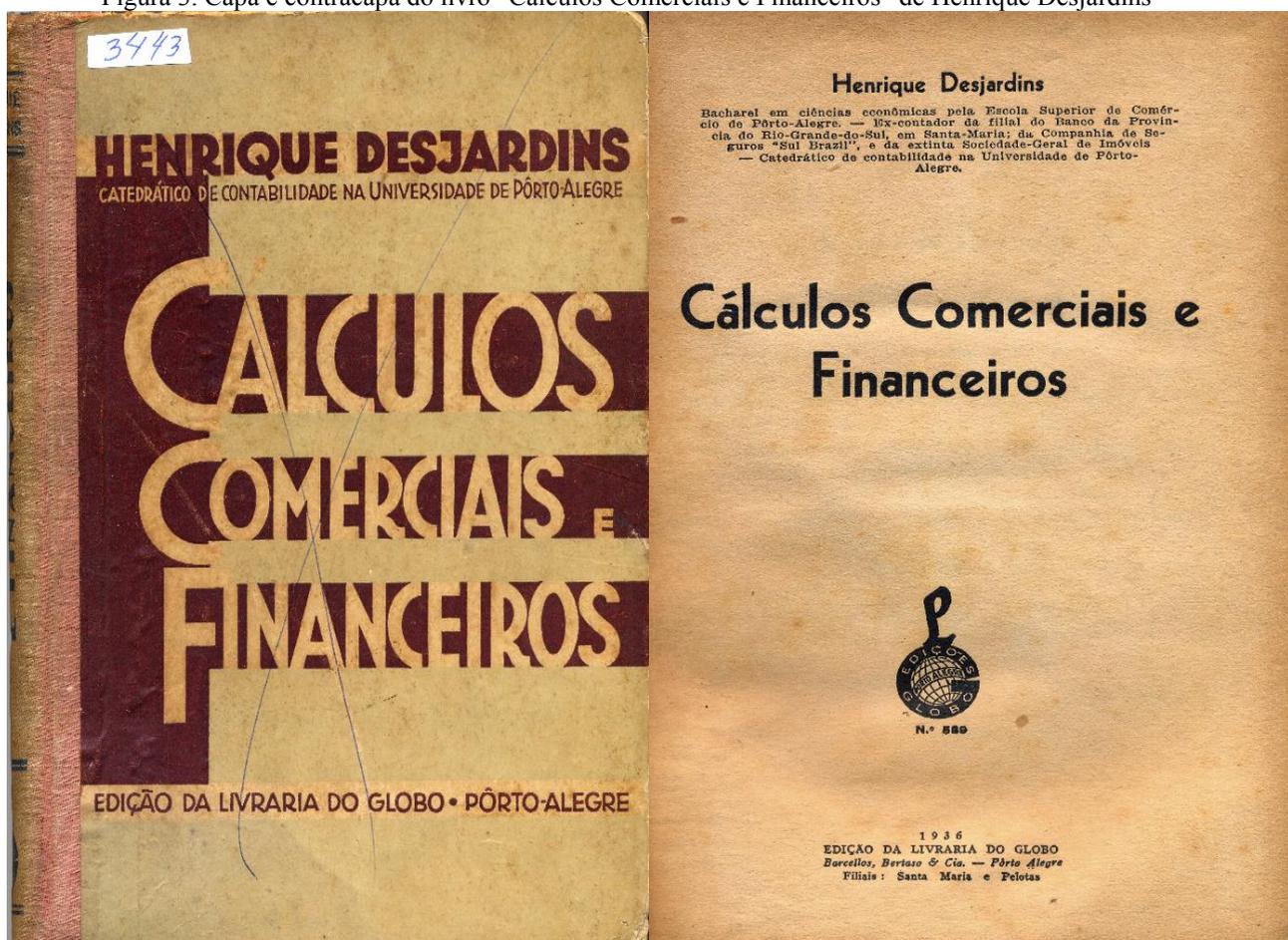
O terceiro autor que escreveu um livro na área de Matemática Comercial e Financeira na década de 1930, foi Henrique Desjardins, o qual era Bacharel em Ciências Econômicas pela Escola Superior de Comércio de Porto Alegre, além de Ex-contador da filial do Banco da Província do Rio Grande do Sul em Santa Maria, da Companhia de Seguros “Sul Brasil” e da Sociedade Geral de Imóveis. Desjardins, foi também professor catedrático de contabilidade na Universidade de Porto Alegre e Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (1947-1949), participou do Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre (1949-1951), publicou diversos livros na área de contabilidade, além de e artigos na Revista Rio-Grandense de Contabilidade.

O seu livro, “*Cálculos comerciais e Financeiros*” foi publicado em 1936 pela Edição da Livraria do Globo – Porto Alegre (Figura 3). Já nas primeiras páginas, em uma página dedicada à classe contábil, o autor coloca que o livro foi uma compilação de vários trabalhos da área:

[...] O presente trabalho - CÁLCULOS COMERCIAIS E FINANCEIROS – teve sua origem numa compilação de vários trabalhos sobre cálculos, de autores nacionais e estrangeiros, que fiz, para meus estudos da cadeira de matemática, quando estudante na Escola Superior de Comércio de Porto Alegre.

Baseado inicialmente em puras teorias, a citada compilação foi sendo modificada e ampliada com as minhas experiências adquiridas durante os dezesseis anos em que empreguei minha atividade em diversas empresas anônimas desta capital (DESJARDINS, 1936, p. 5) (grafia antiga do autor).

Figura 3. Capa e contracapa do livro “Cálculos Comerciais e Financeiros” de Henrique Desjardins



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Mais do que ser uma compilação, para o autor, era outra obra, já que foi sendo modificada a partir de suas experiências no ramo contábil. Na sua dedicatória, o apoio da classe contábil era essencial, assim ele continua, “[...] agora, julgando que este trabalho possa ter a sua utilidade, resolvi publica-lo e, ao mesmo tempo, dedica-lo à classe contábil de minha terra, da qual espero merecer, ainda, o mesmo apoio que sempre dispensou a todos os meus trabalhos” (DESJARDINS, 1936, p. 5) (grafia antiga do autor).

Em relação a estrutura do livro, ele está dividido em três partes. Na primeira, os conteúdos abordados são: *razões, proporções, igualdades, progressões e equações numéricas*. Na segunda parte, é tratado de *pesos e medidas, sistema métrico decimal, números complexos e, conversão de pesos e medidas*. Já na terceira parte, é abordado os conteúdos de: *grandezas proporcionais, regra de três, porcentagens, regra de companhia, regra de falsa posição, valores mobiliários, prazo e taxas medias, regra de mistura, descontos, tabelas de diversas taxas proporcionais a frações do ano (tabela para se achar o número de dias decorridos de um dia qualquer mês a igual dia de outro mês; valor atual – anuidade; tabela de vencimentos), juros (simples e compostos), tabelas de coeficientes para juros simples e compostos, metais, ligas, moedas, paridades, cambio, valor ouro, tabela de câmbio, densidade ou peso específico, capitalização, amortização e tabelas de amortização*.

Assim, como compilação de vários trabalhos sobre cálculos, resultantes de notas de aulas, o livro de Desjardins mostra, de uma forma geral, o que era ensinado nos cursos superiores de comércio na década de 1930. É um texto diferente do proposto por Mello e Souza, Cecil Thiré e Nicanor Lemgruber ou mesmo por Cavalheiro, que tinha como objetivo os cursos técnicos de comércio, ao invés de uma classe específica: a classe contábil.

Considerações Finais

De uma forma geral, observa-se que esses autores parecem seguir o que definia a legislação. Nas duas primeiras décadas do século XX, foi observado que a maioria dos autores de livros de matemática comercial e financeira eram contadores (GOUVEIA NETO; GROMANN DE GOUVEIA, 2017). Esses autores, pós Reforma Campos, fazem parte um novo grupo que se especializou nesse tipo de publicação. Não se pode esquecer de que, além desses livros, aqueles escritos pelos contadores também circulavam ainda.

Talvez, com objetivo de atingir o mercado editorial, Cavalheiro coloca um capítulo sobre cálculo diferencial e integral, o que permitiu ao autor afirmar que estava seguindo a legislação, já que essa determinava a introdução desse tópico no ensino comercial.

De uma forma geral, no livro de Desjardins não há indícios de que o autor seguiu o que determinava a legislação do ensino comercial, e a explicação pode estar no público que o autor queria

atingir: a classe contábil do Rio Grande do Sul e não os alunos do ensino comercial. Isso é reforçado pela ausência de exercícios, o que torna o seu livro quase como um manual de consulta.

Contudo, no conjunto de autores que publicaram textos sobre a temática, Mello e Souza, Thiré e Lemgruber, diferem dos demais ao introduzirem assuntos da cultura mercantil na forma de pequenos textos ao fim dos capítulos, assuntos relacionados ao comércio, mas principalmente, de caráter histórico. O livro caracteriza-se também pela pouca quantidade de exercícios no fim dos capítulos (cinco ou seis). A “*Mathematica Commercial*” de Mello e Souza, Cecil Thiré e Nicanor Lemgruber, foi relançada em anos posteriores (1943 e 1947), com algumas modificações internas, e tinha apenas Lemgruber como autor.

De uma forma geral, o livro de Mello e Souza, Cecil Thiré e Nicanor Lemgruber, bem como o do Luiz Cavalheiro, refletem um pouco sobre o que se pensava para o ensino comercial na década de 1930, principalmente pela relação o programa estabelecido pela legislação, cumprindo, portanto, a função referencial. Mas, os livros adquirem também uma função instrumental, ao servirem como métodos de aprendizagem, já que contém exercícios, atividades com objetivo de desenvolvimento de habilidades em cálculos comerciais.

Não investigamos se Mello e Souza, Cecil Thiré e Lemgruber inauguraram no Brasil a ideia do livro de exercícios para os professores, um material muito usado nas salas de aulas ou mesmo como fonte para consulta no momento de elaboração de provas. Nesse sentido, deixamos essa questão como possibilidades de trabalho.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931. *Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-norma-pe.html>. Acesso em: 22 de abr. 2012.

CAVALHEIRO, Luiz. *Elementos de Matemática Financeira: operações a curto e longo prazo*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974. 208 p.

CAVALHEIRO, Luiz. *Matemática Comercial e Financeira: Contendo noções de Cálculo Diferencial e Integral*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1939. 409 p.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, v.2, p. 177-229, 1990.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e pesquisa*. São Paulo, v.30, n.3, p. 549 566, set/dez 2004.

DESJARDINS, Henrique. *Cálculos comerciais e financeiros*. Porto Alegre: Edição da livraria do Globo, 1936.

GOUVEIA NETO, Sérgio Candido de; GROMANN DE GOUVEIA, Cristiane Talita. Contadores e seus livros de Matemática Comercial e Financeira no Brasil do início do século XX. In: XII Seminário Nacional de História da Matemática, 2017, Itajubá. *Anais do XII Seminário Nacional de História da Matemática*, 2017.

OLIVEIRA, João Batista Araujo; GUIMARÃES, Sonia Dantas Pinto; BOMENY, Helena Maria Bousquet. *A política do livro didático*. São Paulo: Summus; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1984.

SOUZA, Mello e; THIRÉ, Cecil; LEMGRUBER, Nicanor. *Matemática Comercial*. 1. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1932. 395 p.

Recebido em 15/11/2017

Aceito em 16/02/2018

Sobre o autor

Sérgio Candido de Golveia Neto

Doutor em Educação Matemática. Pós-Doutorando em Educação Matemática. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro. Professor do Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – Campus de Vilhena.